

# "Bem-vindos ao Colaboratório!": Notas utópicas sobre impacto, relevância e convergência



---

**Fátima Vieira**    CETAPS – Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies | Universidade do Porto

Numa entrevista concedida à revista *Visão* em dezembro de 2012, José Gil falou de modo pertinente sobre a forma como os tempos que vivemos nos estão a roubar as nossas vidas: não é apenas a ideia da possibilidade de um futuro melhor que parece ter sido arredada do nosso horizonte de expectativas, mas também a de um presente que parecemos não conseguir viver com plenitude. Este “roubo do presente” está patente, segundo o filósofo, no conjunto de trabalhos e atividades que condicionam a nossa vida: tarefas inadiáveis, obrigações de trabalho, horas extraordinárias, imperativos burocráticos cada vez mais excessivos e impiedosos (Gil 22). José Gil não se referia em particular à vida de um docente universitário, mas certamente que todos nos revemos nesta descrição de um presente roubado.

Nas duas últimas décadas, a nossa vida académica foi afetada por alterações profundas. Como explica Pierre Bernard referindo-se à situação que se vive em França, mas que pode facilmente ser aplicada a outros países europeus, nos anos noventa do século XX as universidades viram-se confrontadas com o desafio do acolhimento de um número cada vez maior de estudantes; o governo encorajou o crescimento das universidades existentes e o estabelecimento de novas instituições através da promoção de uma política baseada em contratos de financiamento em função do número de estudantes acolhidos por cada Escola. Na primeira década do século XXI, essa política foi alterada. Ao longo de toda a década, “competitividade” impôs-se como palavra de ordem; e a ideia de excelência – alcançada apenas por alguns – forçou as universidades e os centros de investigação a lutar por um lugar na liga dos vencedores (Bernard 5). Na viragem da década – e ainda mais agora, com o novo programa de financiamento

Horizonte 2020 – a mensagem foi de novo alterada: precisamos de colaborar, primeiro a nível interno e depois a nível internacional. De um momento para o outro, antigos rivais tornaram-se “melhores amigos” e impõe-se a ideia de que o conhecimento só será acessível através da cooperação. A ideia de convergência passou a servir de bandeira a esta nova era – e espera-se que vivamos felizes, todos juntos neste “colaboratório” mundial.

Entretanto, as universidades, forçadas a convergir também no seu esforço de abertura ao mundo exterior, tornaram-se permeáveis à lógica economicista que rege esse mundo. A nova “sociedade do conhecimento” concedeu às universidades – geradoras por excelência desse conhecimento – lugar de destaque, mas atribuiu-lhe um valor económico – e assim se chegou ao conceito de “economia do conhecimento” e à ideia do conhecimento como um bem de consumo. Como sublinham V. Lynn Meek e Dianne Davies, a ciência deixou de ser vista como um processo de “busca da verdade” para se transformar numa “busca por uma resposta aos interesses políticos e económicos” (Meek and Davies 58-59).

Dentro desta nova lógica, outras palavras e expressões foram ganhando terreno. Disso são exemplo a expressão “transferência de conhecimento”, o conceito de “stakeholder”, a ideia de “crescimento sustentável” e o mandamento “Think global, act local”, que nos recorda que as universidades têm um papel importante a desempenhar no processo de desenvolvimento das suas áreas de implantação. De repente, as autoridades académicas e as fontes de financiamento governamentais exigem aos seus professores e investigadores que saibam dissertar sobre os compromissos regionais, sociais e políticos da Academia e que estabeleçam pontes de cooperação com os centros de decisão política, com o comércio e com a indústria (*ibid* 55). A mobilidade tornou-se um imperativo (e deu azo à discussão do impacto da mobilidade no conhecimento) e pertencer ao *top* das cem melhores universidades europeias passou a ser a grande utopia académica. Esta transformação teve um impacto considerável na relação das universidades com os seus docentes e investigadores, que passaram a ser também avaliados em função da sua capacidade para gerir projetos e atrair financiamento.

De entre o vocabulário novo, importado da área da economia – e informado por uma clara perspectiva económica –, distinguem-se sem dúvida três conceitos que me proponho aqui analisar: “impacto”, “relevância” e “convergência”, os instrumentos principais a que recorrem as instituições de financiamento e de acreditação universitária para efeitos da investigação desenvolvida pelas unidades de investigação e dos programas de estudo oferecidos pelas universidades. Embora a minha posição de base em relação a estes conceitos seja de grande desconfiança – uma vez que a minha vida académica foi já por eles fortemente abalada – não posso deixar de, antes de os rejeitar liminarmente, reconhecer que eles são, acima de tudo, instrumentos, devendo como tal ser encarados e utilizados.

Quando me refiro a estes conceitos como instrumentos estou a pensar na definição de instrumento que nos é oferecida por Ivan Illich na sua obra verdadeiramente fundamental para o entendimento da contemporaneidade, *A Sociedade Convivial*. O problema com os instrumentos – explica Illich – é que, num momento inicial, eles são concebidos para resolverem um problema específico, mas quando a sua importância toma dimensões exageradas, tornam-se verdadeiras ameaças para a sociedade. (Illich 35). Assim – conclui Illich –, o problema não reside no instrumento, mas no uso que fazemos dele. Illich oferece-nos um retrato de um mundo escravizado pelos instrumentos que esse próprio mundo criou. O destino da nossa sociedade – recorda-nos Illich – está nas mãos dos “gestores de nações-instrumento, corporações, partidos, movimentos organizados, profissões de elite”.<sup>1</sup> A estes gestores foi concedido o poder de decisão; eles geram novas necessidades para que os instrumentos criados sejam utilizados e inventam rótulos sociais para darem sentido aos novos rituais ditados pelos instrumentos (*ibid* 83).

A esta sociedade de seres humanos escravizados pelos instrumentos que eles próprios inventaram, Illich faz opor a visão de uma sociedade convivial, onde todos os indivíduos utilizariam instrumentos “menos controlados pelos outros indivíduos”, onde as relações interpessoais seriam animadas pelos princípios da autonomia e da criatividade e por uma preocupação de uma vida em harmonia com a natureza” (*ibid* 70). Esta visão – diz-nos Illich – não deve ser encarada como uma mera efabulação, já

que assenta no princípio básico de que uma utilização diferente dos utensílios poderá conduzir a resultados distintos. Creio que esta perspetiva proposta por Illich poderá ser produtiva para a análise dos conceitos de impacto, relevância e convergência a que me propus dedicar no contexto deste artigo.

Começemos pelo conceito de impacto, que tem vindo a ser utilizado como instrumento de medida da qualidade das nossas publicações, por um lado, e do interesse económico e social dos nossos projetos de investigação, por outro. Estamos todos cientes da forma como este conceito alterou os ritmos e caminhos da vida académica, e estamos decerto bem familiarizados com as diferentes estratégias que as próprias universidades têm vindo a propor para que os resultados dos índices da medição do impacto aumentem consideravelmente. O problema agravou-se sem dúvida quando, apesar de os processos para medição do impacto terem sido estabelecidos pelo Research Excellence Framework, a Academia começou a propor novos índices, baseados por exemplo no número de visualizações de um *clip* no Youtube ou no número de “gostos” colocados em páginas de Facebook ou de Twitter. Simultaneamente, como tem vindo a ser evidenciado em várias instituições europeias, criou-se uma verdadeira “indústria do impacto”, traduzida na criação e comercialização de *software* e numa reorganização dos serviços académicos das grandes universidades, que contratam pessoal específico para dinamizar e medir o impacto de todas as iniciativas académicas. Refira-se ainda a forma como o velho lema “Publish or perish”, que serviu de bitola para a avaliação do trabalho desenvolvido por docentes e investigadores até ao final do século passado, foi informado pela ideia de impacto. Não interessa agora apenas publicar, interessa onde se publica (e aí sim, a ideia de impacto tem claras consequências económicas que têm aliás sido denunciadas, como se passou em relação ao Elsevier).

Conhecemos pois bem o lado negro do impacto, mas será o conceito, em si, um mau instrumento? Para respondermos a esta questão teremos de relacionar este conceito com o de “relevância” (e questionar a própria ideia de “conhecimento relevante”), por um lado, e de ter em linha de consideração uma outra diretiva dos nossos tempos, a necessidade de as universidades promoverem atividades de extensão.

Em relação às atividades de extensão universitária, importará ter em conta a ideia, defendida por Boaventura de Sousa Santos, de que a legitimidade da universidade só será conseguida quando as atividades de extensão se tiverem desenvolvido ao ponto de deixarem de ser entendidas como tal, ganhando um lugar de direito nas atividades de investigação e de docência. Sousa Santos propõe de facto que as atividades de extensão sejam encaradas não como o terceiro elemento da tríade “Ensino – Investigação – Extensão”, mas como uma ação política, um sinal de que a universidade não se encontra separada da sociedade e de que se preocupa com os problemas sociais, tenta solucioná-los e contribui para o seu desenvolvimento. Citado no documento que define a Política Nacional de Extensão Universitária brasileira,<sup>1</sup> Sousa Santos defende a ideia de que a reforma da Universidade deverá passar pela concessão de um lugar de centralidade às atividades de extensão universitária, conferindo-se assim à universidade a missão de uma participação ativa na construção da coesão social, na lógica de uma luta pela instauração de uma verdadeira democracia, contra a exclusão social e a degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural (Sousa Santos 2004).

Esta perspetiva avançada por Sousa Santos implica naturalmente a reformulação da ideia de conhecimento e uma reflexão sobre o que nós, docentes e investigadores, fazemos. O problema é que, como bem salientou Edgar Morin, nos agarrámos à ilusão de que vivemos numa sociedade do conhecimento, quando, na verdade, lhe deveríamos antes chamar “sociedade do conhecimento desconectado” (Morin 241). Na verdade, o nosso conhecimento, tendo essencialmente uma natureza fragmentária, produz aquilo a que Morin chama “uma ignorância global” (*ibid* 240). Se pretendermos entender realmente as coisas, teremos de investir na busca de um conhecimento capaz de ligar todos os fragmentos, as partes ao todo, o local ao global e vice-versa, isto é, teremos de investir na criação de um *pensamento complexo*, ideia que Morin tem vindo a defender há mais de duas décadas. Como explica o filósofo francês, “conhecer” implica saber contextualizar, globalizar, multidimensionalizar (243), mostrar sensibilidade em relação às ideias de ambiguidade e de ambivalência, ser capaz de

---

<sup>1</sup> *Política Nacional de Extensão Universitária*, Manaus-AM, maio de 2012, disponível em <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>. Consultado pela última vez em novembro de 2012.

associar aquilo que parece antagónico, isto é, pensar de forma complexa (254). Apenas nessa situação poderemos falar de *conhecimento relevante* – aquele que nos revela os diferentes lados de uma mesma realidade. E se é verdade que não conseguiremos alcançar nunca o conhecimento global, poderemos pelo menos tentar alcançar um conhecimento multidimensional.

No fundo, o que diz Morin é que precisamos de *convergir*. A convergência de que fala o filósofo é contudo muito diferente da convergência a que somos atualmente exortados no contexto da nossa vida académica. Com efeito, a ideia de convergência que prevalece nas universidades tem uma intenção claramente economicista, e alicerça-se nos conceitos de “inovação” e de “oportunidade”, apontando para a necessidade de estabelecimento de pontes com a indústria. O problema é que este modelo, concebido e posto em prática para as ciências, está agora a ser imposta às humanidades e ciências sociais. O que é pior é que também o valor económico de convergência foi transferido e dizem-nos agora que teremos de convergir para conseguirmos produzir riqueza. O resultado deste processo de transplantação para as nossas áreas de estudo de um modelo produzido num contexto absolutamente diferente é que nos encontramos hoje no seio de um “colaboratório” que não sabemos pôr a funcionar.

O conceito de colaboratório parece-me de facto pertinente para descrever a situação que hoje vivemos. Os colaboratórios tornaram-se uma moda no Reino Unido e nos Estados Unidos na última década, embora na verdade a ideia tenha raízes nos anos 90 do século passado. Trata-se de espaços físicos ou virtuais que têm no seu centro a informação disponibilizada pelas bibliotecas digitais; foram concebidos com o objetivo de permitir a partilha de dados e instrumentos e a interação entre especialistas de diferentes áreas, oferecendo-lhes um espaço propício à investigação experimental e à ciência colaborativa.

A ideia da universidade como um colaboratório é de facto atrativa e parece servir a lógica da visão multidisciplinar. Contudo, o conceito de colaboratório – com a ideia que lhe é inerente de que a investigação científica se faz a diferentes mãos e que desse processo deverão resultar publicações colaborativas (isto é, artigos escritos por mais do que um autor) – é, pelo menos por agora, difícil de assimilar para quem trabalha

na área das literaturas e das culturas. Dito isto, será relevante fazer notar, recorrendo a Illich, que os laboratórios poderão tornar-se um ótimo instrumento de investigação se os soubermos utilizar.

Parece-me de facto importante sublinhar que o próprio Illich, que se mostrou sempre tão crítico da sociedade em que viveu, não quis com o conjunto da sua obra transmitir uma mensagem de desespero. Na realidade, se é certo que ele afirma que “os instrumentos podem escapar ao controle do ser humano, tornando-se primeiro o seu mestre e depois o seu carrasco” (278), não é menos verdade que Illich termina *A Sociedade Convivial* com a afirmação de uma esperança alicerçada na convicção de que o ser humano tem capacidades que poderá explorar de forma a aprender a utilizar os instrumentos que cria com sabedoria. É pois num tom coincidente que eu gostaria de terminar estas reflexões.

A solução passará, na minha perspectiva, não pela recusa das palavras de ordem que a Academia hoje nos impõe, mas por um processo de apropriação dessas palavras de forma a torná-las mais consentâneas com a ideia que temos daquilo que uma universidade deveria ser. Adotemos pois o lema da convergência não porque nos impõem essa nova vocação, mas porque a convergência nos proporcionará uma perspectiva multidimensional, estabelecendo assim a base para o pensamento complexo que nos permitirá um melhor entendimento da sociedade em que vivemos. Promovamos o conhecimento relevante não porque queiramos contribuir para a dita economia do conhecimento, mas porque o conhecimento relevante nos poderá proporcionar os instrumentos para o entendimento do mundo. Promovamos atividades de extensão não com vista a uma melhor avaliação dos nossos CVs ou relatórios, mas porque, como defende Boaventura de Sousa Santos, ele abrirá o caminho para a afirmação de uma universidade que abraça a sua missão social e se oferece como bem público, visando contribuir para uma transformação efetiva da sociedade.

A universidade poderá de facto oferecer-se facilmente como espaço para a transformação da sociedade. Se fizermos um esforço para combater a visão economicista prevalecente, se nos empenharmos na implementação de um sistema de verdadeira democracia participativa, se deixarmos de pensar nos estudantes como

sendo nossos “clientes”, considerando-os antes parceiros ativos e fazendo-lhes entender as responsabilidades inerentes ao facto de serem ouvidos, se lutarmos pela nossa autonomia intelectual, pela relevância dos nossos temas de investigação, se, como diria William Morris, tivermos coragem para sermos suficientemente rebeldes, seremos então capazes de insuflar nova vida na universidade, de a revitalizar, de a rejuvenescer, de a estimular – e também de encontrar mais estímulo para a nossa carreira académica e para a nossa vida pessoal.

### Referências Bibliográficas

Bernard, Pierre. *Revue Urbanisme. Innovation Recherche Territoires Universités*. Hors de Série, no. 43. November 2012.

Gil, José. *Visão*. N.º 20. Dezembro 2012.

Illich, Ivan, *Tools for Conviviality*. Documento eletrónico disponível em <http://opencollector.org/history/homebrew/tools.html#hid4S>  
Consultado pela última vez em novembro de 2012.

Meek, V. Lynn & Dianne Davies. “Policy Dynamics in Higher Education and Research: Concepts and Observations”. in Meek, V. Lynn *et al* eds.), *Higher Education, Research and Innovation: Changing Dynamics*. Kassel; International Centre for Higher Education Research Kassel, 2009, pp. 41-84.

Morin, Edgar. *La Voie pour l’Avenir de l’Humanité*. Paris: Pluriel 2012.

SANTOS, Boaventura S. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

---

<sup>1</sup> Tendo eu consultado o livro de Illich em inglês e o de Morin em francês, as citações em português que incluo neste trabalho são todas da minha autoria.